



Negociação já Inflação acaba com os salários

A inflação está "literalmente comendo" o valor aquisitivo dos salários. Por isso, o Sindicato Nacional dos Aeronautas, a FNTTA e os Sindicatos de Aeroviários já solicitaram ao Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Snea, que agende uma reunião para rediscutir a cláusula Seguro-Inflação do Acordo Coletivo (antiga Convenção Coletiva). As entidades propõem que o encontro seja no dia 11 próximo, porém, até o fechamento deste Dia a Dia, o Snea não havia confirmado o encontro. A reunião com o sindicato patronal está prevista no próprio Acordo Coletivo.

Transbrasil não regulariza diárias

Pág. 4



Entidades entregam dossiê a deputados e senadores

Entre os dias 24 e 29 últimos, diretores do SNA, ACV, Apvasp, Federação e dos Sindicatos dos Aeroviários se revezaram no Congresso Nacional entregando aos Deputados e Senadores um dossiê sobre a crise na Vasp. Além do documento que publicamos a seguir, o dossiê contém um apanhado das matérias publicadas pela imprensa brasileira sobre a situação da imprensa nos últimos meses.

Excelentíssimo Senhor Congressista

As entidades que representam os trabalhadores da Vasp vêm pelo presente expor os motivos que as levaram a concluir que somente a ação do Governo Federal reconduzirá a empresa ao rumo do crescimento.

A Vasp, companhia de 59 anos de tradição, passou à iniciativa privada através de um processo onde a responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo junta-se a do Governo Federal através da participação do Ministério da Aeronáutica.

Após a privatização, a Vasp passou por duas fases bastante distintas e que suscitam curiosidade: na primeira, verificou-se o crescimento astronômico da empresa, através de leasing de um grande número de aeronaves, algumas "wide-body" (de grande porte), praticamente dobrando sua frota num momento em que o mercado já era claramente recessivo.

Neste período, inúmeras atitudes empresariais demonstraram o absoluto despreparo do grupo que assumiu a Vasp: foram adquiridas aeronaves caríssimas, mas não as peças de reposição em número suficiente, o que gerou enorme perda de receita para a empresa, com a indisponibilidade constante das aeronaves. Isto sem falar no risco potencial que a falta de peças traz para a segurança das operações.

À esta época, também, funcionários experientes foram demitidos e áreas estratégicas foram ocupadas por pessoas "de confiança" da família Canhedo. Pessoas estas sem o menor conhecimento do trabalho que deveriam exercer e munidas de poder absoluto.

Durante este período, contrariando sua inépcia em administrar uma companhia aérea de tal porte, o Sr. Wagner Canhedo alardeava que a Vasp viria a ser a maior empresa aérea da América Latina e que, num futuro próximo, sua empresa seria a única do Brasil. Isto fazia supor um enorme respaldo por parte do Governo então no poder.

A tudo isto as autoridades - o Governo Federal e o Estadual, este último sócio



minoritário e também avalista da Vasp - assistiram impassíveis, apesar dos inúmeros avisos enviados pelas entidades de classe.

Com o desbaratamento do chamado "esquema PC", a Vasp entrou num processo de decadência tão vertiginoso quanto sua ascensão. O aprofundamento da recessão apanhou a empresa com aviões demais e passageiros de menos e a ociosidade das aeronaves fazia com que a empresa tivesse prejuízos a cada decolagem.

Como resultado disso veio a inadimplência, e os credores começaram a bater à porta: as companhias de "leasing" retomaram as aeronaves por falta de pagamento, num processo que reduziu a frota da empresa à quase a metade do que era antes da privatização; o Governo do Rio de Janeiro confiscou a receita da Ponte Aérea naquele Estado para saldar impostos atrasados e o Governo de São Paulo fez o mesmo. O Governo da Venezuela chegou a proibir o sobrevôo de aviões da Vasp em seu espaço aéreo pelo não pagamento das taxas internacionais, fato que cobre de vergonha a aviação comercial brasileira.

Os funcionários, cujos direitos vinham sendo sistematicamente violados desde a privatização, viram-se numa situação desesperadora: uma parte foi demitida fora dos critérios previstos por lei e

está até hoje sem receber seus direitos e outra parte continua trabalhando sob pressão, com salários atrasados e o futuro incerto.

Os passageiros - razão de ser de uma empresa da natureza da Vasp - sofrem com um serviço cada vez pior: atrasos, cancelamento de vôos, piora na comissaria e, o que é mais grave, sofrendo os riscos decorrentes de uma situação onde pilotos, mecânicos de manutenção assim como os outros funcionários trabalhavam pressionados e desmotivados.

A imagem pública da Vasp, gravemente arranhada com tudo o que foi relatado, vem sofrendo ultimamente danos ainda maiores. O noticiário sobre a empresa, que ocupava os cadernos de economia e depois de política, com a crise, passou a ocupar com destaque as colunas policiais, com o possível indiciamento de Canhedo devido a seu envolvimento com uma quadrilha internacional de falsários, visando a obtenção de empréstimos em nome da Vasp, que na verdade destinavam-se a contas em paraísos fiscais no exterior.

Este episódio, aliás, é ilustrativo de como - ao longo destes dois anos e pouco - o patrimônio da Vasp foi sendo dilapidado ou simplesmente desviado às outras empresas do grupo Canhedo, quando não a destinos obscuros como é o caso deste último empréstimo de US\$ 250 milhões. (Continua na pág. ao lado)

Mesmo com todas as evidências demonstrando que a Vasp encaminha-se para o fim, as autoridades responsáveis recusam-se a interceder.

Já tivemos inúmeras reuniões com o Governo de São Paulo, DAC e Ministério da Aeronáutica, sem falar nos encontros com os ministros do Trabalho, da Indústria e Comércio e da Justiça, sempre expondo a situação da empresa e a necessidade de uma solução rápida para a crise.

Nestes encontros, ficou claro que o caminho mais rápido e seguro para o afastamento da administração do Sr. Wagner Canhedo em defesa do interesse público e do direito dos sócios minoritários é a aplicação do Código Brasileiro da Aeronáutica. Posição esta apoiada publicamente pelo governador do Estado de São Paulo.

Entretanto, do Departamento de Aviação Civil, obtivemos sempre a mesma resposta: a solução é "de mercado", ou seja, por ser privada, a Vasp deve caminhar com as próprias pernas ou fechar.

Quando em todo mundo o sistema de aviação é considerado estratégico para a economia do país e tratado com política específica de acordo com a realidade sócio-econômica, é estranho que o Ministério da Aeronáutica insista em confundir, quando sabe que a crise da Vasp não está inserida somente no mercado. Trata-se sim de uma gestão desastrosa com superdimensionamento da oferta autorizada pelo próprio Departamento de Aviação Civil, em um mercado em declínio aliado à destruição da imagem da empresa pela ligação do Sr. Wagner Canhedo com o esquema PC/Collor. A situação da empresa é portanto, peculiar. E, como tal deve ser analisada.

Cabe agora a aplicação do Código Brasileiro de Aeronáutica, legislação que rege o transporte aéreo brasileiro, que delega poderes ao Executivo para intervir temporariamente, nas empresas aéreas, em defesa do interesse público.

Com isto teremos o afastamento imediato da administração do Sr. Wagner Canhedo para que juntos, Governo Federal, Estadual e trabalhadores possam substituí-la por uma administração profissional. Esta administração faria uma auditoria e um diagnóstico capazes de obter dados suficientes para fazer um novo planejamento com a renegociação das dívidas da empresa, viabilizando uma saída empresarial para a Vasp.

Em face ao exposto, contamos com o vosso apoio no sentido de convencer as autoridades da necessidade de medidas urgentes para evitar que por equívoco ou omissão seja destruído um patrimônio que tanto serviço prestou à Nação. ■

Notícias do FAD

Muda sistema de cobrança dos empregados da Vasp

A partir deste mês, o FAD não mais efetuará as cobranças das contribuições correspondentes, através da Folha de Pagamento. Aos associados da VASP, já que a empresa não repassa contribuição desde outubro/92.

Para agilizar os débitos, através de autorização emitida pelo participante, em conta corrente bancária, nas agências do BANESPA, todos os empregados da VASP, associados ao FAD, receberão via correio, a autorização que deverá ser encaminhada a sede do FAD, via SNA/SÃO PAULO, Rio de Janeiro, APVASP, ACV e Delegacias Regionais, até o dia 1º de março de 1993. Poderão também encontrar tal autorização nos locais acima descritos.

Aqueles que não assinarem a autorização para desconto em conta bancária, ficarão inadimplentes com o FAD, e em decorrência disto terão seus benefícios suspensos. Tal alteração da sistemática da cobrança, é respaldada por força do Art. 1º parágrafo 2º decisão tomada pelo Conselho de Administração atendendo sugestão do Conselho Curador.

Reserva de Poupança para os demitidos

O Fundo Auxílio Desemprego (FAD) regularizou, em 01/02/93, os procedimentos para devolução da Reserva de Poupança, a todos os seus associados. Assim sendo, os pedidos que derem entrada até o dia 10 serão repassados no dia 25, conforme a rotina de normas internas da instituição.

O Conselho Curador do FAD reunido no último dia 27 de janeiro, analisando a atual situação, em face a inadimplência da VASP e outras empresas, entendeu que, até o presente, em caráter emergencial, atendeu a todos demitidos da VASP, na agilização de devolução da Reserva de Poupança, fora dos procedimentos de rotina.

A Clareza do Estatuto IV

Diz o Art. 36º que: "O participante que utilizar meios fraudulentos com o objetivo de gozar dos benefícios da associação, ficará obrigado a devolução do que houver recebido, com correção monetária plena, acrescido dos Juros de Mora de Lei, ficando definitivamente desvinculado do FAD, sem prejuízo de suas obrigações contratuais e respondendo em juízo, civil e criminalmente pelos seus atos, além de perder o direito a devolução de suas contribuições, prevista no Art. 34º".

Este artigo é bastante claro, expressamente descrito e determina com o rigor necessário, o comprometimento do Conselho de Administração e Curador em ditar as concessões dos benefícios requeridos.

A verdadeira proteção do FAD está na vigilância, por parte dos associados em fiscalizar, todos os atos de concessão de benefícios.

O Conselho de Administração segue fielmente o que determina o Estatuto.

A clareza é tão determinante, que deveremos evitar o tanto quanto possível, interpretar o tão famoso "Espírito da Lei".

Nossas normas seguem o que rege o Estatuto.

Os casos de dúvidas, são sempre clareados pela assessoria jurídica que nos dá o respaldo necessário para qualquer conflito jurídico.

Assim, alertamos para aqueles que ainda não entenderam qual é a verdadeira finalidade do FAD, que os benefícios foram e serão somente concedidos, como determina o atual Estatuto.

O Conselho de Administração mantém arquivo com todos os documentos relativos as concessões, a disposição dos associados, para eventuais fiscalizações.

Transbrasil não regulariza diárias e ainda persegue dirigentes sindicais



Diárias de vôo dos aeronautas da Transbrasil continuam sendo depositadas em banco e, muitas vezes, em valores inferiores aos referentes a programação efetuada.

O departamento financeiro da empresa afirma estar cumprindo a risca as ordens de depósito bancário, determinada pelo gerente geral de operações, cmte. Kotez.

Além dos transtornos causados pelos valores inferiores, os aeronautas são obrigados a retirar extratos bancários constantemente para verificação dos depósitos, o que traz ainda mais prejuízo já que os mesmos são cobrados pelo banco. E o IPMF, quem vai pagar?

O Diretor do SNA e presidente da ACT, Carlos de Lima (foto), informa que já solicitou uma nova reunião na DRT, do Rio de Janeiro, para regularizar a situação. Lima também lembra que em audiência na DRT-RJ, realizada em outubro de 92, a pedido da própria Transbrasil, o juiz concedeu um prazo de dois meses para que as diárias fossem regularizadas.

Além disso, Carlos Lima informa que a empresa continua perseguindo dirigentes sindicais, recentemente o próprio presidente da ACT teve que comprar uma passagem Rio - SAO, porque a empresa negou-lhe o passe.

Novos Representantes Sindicais

Tomaram posse na última quinta-feira (04/02) os Representantes Sindicais eleitos entre os dias 21 e 29 de janeiro. Os Representantes Sindicais têm um mandato coincidente com o da Diretoria do SNA, até 1995.

A principal função de um Representante Sindical é manter-se informado a respeito dos problemas específicos enfrentados pelos aeronautas de uma determinada empresa e fazer dessa forma uma ponte entre a base e a entidade sindical, para solução dos problemas emergentes.

Ao lado o nome dos eleitos, por empresa.

VARIG

Luiz Fernando Collares
Marcos Bantel
Wilson Bazilio Czarnobay
Maria do Carmo Raffainer (Mariuska)

VASP

Caio Sérgio Moschetta
Agnaldo Marcolino Lopes de Souza
João Francisco Gentina

TRANSBRASIL

João Henrique da Silva

TAM

Alcides Ramyro Menezes Junior

TABA

Serafim Cunha Barreiros

BRC - BRASIL CENTRAL

Francisco Souza Neto

LÍDER TÁXI AÉREO

Fernando Antônio Silva Cruz

Anistia sindical deve sair em 93

A Câmara dos Deputados, em sessão do dia 22 de dezembro, aprovou o substitutivo do deputado Paulo Rocha (PT-PA) ao projeto de lei 3.242/92, do Poder Executivo, concedendo anistia aos dirigentes e representantes sindicais punidos por motivos políticos e participação em movimento reivindicatório. O projeto se encontra no Senado, onde tomou o nº PLC 154/92, devendo ser votado este mês.

O projeto enviado pelo Ministério do Trabalho, no art.1º, concedia anistia ampla aos dirigentes e representantes sindicais e, no art.2º, excluía desse benefício os demitidos por falta grave. Ora, como dirigente ou representante sindical só pode ser demitido por falta grave, o projeto, na verdade, dava com uma mão e retirava com a outra. O governo, embora equivocado na redação proposta, cumpriu com seu compromisso de enviar o projeto, e o

fez dentro do prazo previamente acertado com as lideranças sindicais. Justiça seja feita.

O substitutivo aprovado, que teve por base texto elaborado pelo DIAP por solicitação da Federação Nacional dos Urbanitários e do Comando Nacional dos Eletretários, mantém o artigo 1º proposto pelo governo e modifica o segundo, excluindo do direito à anistia os demitidos ou afastados por motivos alheios à atividade sindical, como os capitulados nas alíneas "a" (ato de improbidade), "c" (concorrência desleal com empregadora), "d" (condenação criminal transitada em julgado) e "l" (prática constante de jogo de azar) do artigo 482 da CLT.

destaque-se também por uma questão de justiça, postura do líder do Governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), que consciente da justiça e oportunidade do

substitutivo apresentado criou todas as condições para sua aprovação em plenário.

*Texto do Boletim do DIAP - dezembro/92.

Nota de Falecimento

Informamos com pesar, o falecimento do comandante Dirceu Nogueira de Salles Duarte, representante sindical do SNA em Uberlândia. Casado, com quatro filhos, o comandante faleceu no último dia 29 de janeiro, em acidente aéreo ocorrido às 08h 45m, quando a aeronave PTU BO, da ABC Táxi Aéreo chocou-se com fios de alta tensão.

DIA-A-DIA

É uma publicação semanal do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Sede: Av. Marechal Câmara, 160-Ed. Orly, Grs. 1611/26, CEP 20020-080, Rio de Janeiro, RJ. Tel: (021) 532-1163, Fax: (021) 220-6693; Presidente: Nelson Cirtoli; Diretor Responsável: Rodrigo Della Pasqua Marocco; Editor: Fernando Pereira; Redação: Regina Quintanilha, Fernando Pereira e Luciana Casemiro; Secretária: Cristina Azevedo; Diagramação Eletrônica: Roberto Siqueira; Impressão: Gráfica do SNA; Tiragem: 10.000 exemplares. Os artigos assinados neste boletim são de responsabilidade dos autores.

BR.SNA.GRA.COM.COT.JOS.328